

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

A respeito da organização administrativa da administração pública, julgue os itens que se seguem.

- 41 Atividades privadas de interesse público e de fomento incluem-se entre as atividades precípuas da administração pública.
- 42 A relação entre a administração pública e seus administrados é caracterizada pela verticalidade.
- 43 O Poder Executivo exerce função administrativa com caráter infralegal e com prerrogativas instrumentais.

Acerca dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 44 A ab-rogação extingue os efeitos próprios e impróprios do ato administrativo.
- 45 São irrevogáveis os atos administrativos que, instituídos por lei, confirmam direito adquirido.

Com base na Lei n.º 9.784/1999, julgue o seguinte item, acerca de processo administrativo.

- 46 Decai em cinco anos o direito da administração de anular os atos administrativos que tenham produzido efeitos favoráveis aos administrados.

No que se refere aos agentes públicos, julgue os itens subsecutivos.

- 47 Emprego público é aquele exercido por vínculo estatutário na administração pública por empregados temporários ou interinos.
- 48 A remuneração dos agentes políticos inclui o subsídio e eventuais gratificações por desempenho no cargo ou por metas de arrecadação.

Considerando os conceitos doutrinários acerca da polícia judiciária e da polícia administrativa, julgue o próximo item.

- 49 A polícia judiciária é repressiva e está adstrita aos órgãos e agentes do Poder Judiciário, enquanto a polícia administrativa é preventiva e está disseminada pelos órgãos da administração pública.

No que concerne à responsabilidade do Estado, julgue os itens subsecutivos.

- 50 Em processos contra a fazenda pública, a prescrição quinquenal abrange a administração direta e indireta, desde que pessoas jurídicas de direito público, a qualquer título.
- 51 Ato antijurídico é aquele estritamente derivado de uma ilicitude do agente.
- 52 Servidor público que, no exercício de suas atribuições, causar dano a terceiro será responsabilizado em ação regressiva.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

A respeito das dimensões dos direitos fundamentais e de seus destinatários, julgue os itens a seguir.

- 53 As dimensões negativa e prestacional dos direitos sociais deixam de ser oponíveis às relações entre particulares à medida que o Estado cumpre seu papel de provedor.
- 54 O ônus da prova para a negativa de prestação de serviço de saúde vincula os órgãos estatais.

Com relação à perda da nacionalidade de brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- 55 Brasileiro nato ou naturalizado residente em território estrangeiro perderá a nacionalidade brasileira se adquirir outra nacionalidade, exceto nas hipóteses constitucionalmente estabelecidas.
- 56 Perderá a nacionalidade de brasileiro aquele cuja naturalização seja cancelada judicialmente em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

No que concerne ao Poder Judiciário e seus órgãos, julgue os itens subsecutivos.

- 57 Cabe ao Estado organizar a respectiva justiça estadual.
- 58 Cabe ao STF processar e julgar ações contra o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- 59 Os ministros do STJ são escolhidos pelo presidente do STF entre candidatos indicados em lista sêxtupla e com aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

Acerca da estruturação orgânica do Ministério Público, julgue os itens seguintes.

- 60 O Ministério Público da União é constituído pelo Ministério Público de Contas da União, pelo Ministério Público do Trabalho, pelo Ministério Público Federal, pelo Ministério Público Militar e pelo Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.
- 61 A destituição do procurador-geral da República por iniciativa do presidente da República é condicionada a prévia autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.

No que concerne aos servidores públicos, julgue os itens subsecutivos.

- 62 Servidor público investido em mandato de vice-prefeito exercerá as funções e perceberá as vantagens de ambos os cargos, desde que haja compatibilidade de horários.
- 63 Funções de confiança e cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- 64 Conforme a Constituição Federal, critérios de antiguidade devem ser respeitados ao se fixarem padrões de vencimento do servidor público.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Acerca dos princípios constitucionais do processo civil, julgue os itens a seguir.

- 65 A cooperação entre as partes não é necessária para assegurar uma razoável duração do processo, uma vez que cada uma delas tem seus próprios interesses na demanda.
- 66 O princípio do contraditório, por constituir garantia aplicável em situações específicas, não vincula a decisão do juiz, visto que, em geral, este deve decidir sem a oitiva das partes.
- 67 O devido processo legal é uma garantia contra eventual uso abusivo de poder, de modo a assegurar provimento jurisdicional em consonância com a Constituição Federal de 1988.

Rodrigo deixou de cumprir sua parte em obrigação de fazer firmada com Vinícius. Para assegurar seu direito, Vinícius ajuizou ação em desfavor de Rodrigo.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- 68 Não poderá ser feita a citação de Rodrigo caso seu pai tenha falecido trinta dias antes do ajuizamento da referida ação.
- 69 Caso verifique que o valor da causa apontado por Vinícius em sua petição inicial não corresponde ao montante referente à demanda, o juiz poderá realizar a correção desse valor.
- 70 Na hipótese de Vinícius requerer tutela provisória incidental, esta dependerá do pagamento de custas referentes ao feito.
- 71 Se o advogado de Vinícius falecer, o juiz deverá suspender o processo e determinar que a parte constitua novo mandatário no prazo de quinze dias.
- 72 Ainda que beneficiário da gratuidade de justiça, Rodrigo não se exime da responsabilidade referente às despesas processuais e aos honorários advocatícios decorrentes da sucumbência.

Acerca dos sujeitos do processo, julgue os itens seguintes.

- 73 O autor, o réu ou o interveniente que litigarem de má-fé responderão por perdas e danos causados à parte prejudicada.
- 74 O advogado não poderá renunciar ao mandato, uma vez que a sua revogação pode ocorrer somente por vontade da parte.
- 75 Não há qualquer empecilho ao exercício das funções jurisdicionais caso componha o processo instituição de ensino para a qual o juiz preste serviços.
- 76 Se os interesses do incapaz colidirem com aqueles do seu representante legal, o juiz nomeará um curador especial.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Jaime foi preso em flagrante por ter furtado uma bicicleta havia dois meses. Conduzido à delegacia, Jaime, em depoimento ao delegado, no auto de prisão em flagrante, confessou que era o autor do furto. Na audiência de custódia, o Ministério Público requereu a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, sob o argumento da gravidade abstrata do delito praticado. No entanto, após ouvir a defesa, o juiz relaxou a prisão em flagrante, com fundamento de que não estava presente o requisito legal da atualidade do flagrante, em razão do lapso temporal de dois meses entre a consumação do crime e a prisão do autor. Dias depois, em nova diligência no inquérito policial instaurado pelo delegado para apurar o caso, Jaime, já em liberdade, retratou-se da confissão, alegando que havia pegado a bicicleta de Abel como forma de pagamento de uma dívida. Ao ser ouvido, Abel confirmou a narrativa de Jaime e afirmou, ainda, que registrou boletim de ocorrência do furto da bicicleta em retaliação à conduta de Jaime, seu credor. Por fim, o juiz competente arquivou o inquérito policial a requerimento de membro do Ministério Público, por atipicidade material da conduta, sob o fundamento de ter havido entendimento mútuo e pacífico entre Jaime e Abel acerca da questão, nos termos do relatório final produzido pelo delegado.

A respeito da situação hipotética precedente, julgue os itens a seguir.

- 77 A decisão de arquivamento do inquérito por atipicidade impede que Jaime seja denunciado posteriormente pela mesma conduta, ainda que sobrevenham novos elementos de informação.
- 78 O delegado de polícia não poderia deixar de lavrar o auto de prisão em flagrante de Jaime, mesmo que tivesse observado a ausência da atualidade do flagrante, nem caberia a ele sugerir o arquivamento do inquérito em relatório final, uma vez que a ação do delegado em sede de investigações policiais é regida pelo princípio do *in dubio pro societate* e deve fazer prevalecer o interesse público sobre o individual.
- 79 Caso Jaime seja indígena, a competência para processá-lo e julgá-lo é da justiça comum federal.
- 80 O relaxamento da prisão em flagrante de Jaime implica, por derivação, a ilicitude das provas produzidas diretamente em decorrência do flagrante.
- 81 Na hipótese de decretação de prisão preventiva de Jaime, não bastaria que o juiz fundamentasse a decisão apenas na gravidade abstrata do delito, sendo imprescindível também a demonstração de insuficiência da aplicação de medida cautelar diversa da prisão.
- 82 Sendo a confissão retratável e divisível, o delegado ou o juízo não poderiam deixar de registrar a retratação de Jaime nos autos.

A respeito de ação penal e do disposto na Lei de Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei n.º 9.099/1995), julgue os itens seguintes.

- 83 O inquérito policial é dispensável para a promoção da ação penal desde que a denúncia esteja minimamente consubstanciada nos elementos exigidos em lei.
- 84 Conforme o rito da Lei de Juizados Especiais Cíveis e Criminais, não sendo o denunciado encontrado para citação pessoal ou por mandado, os autos devem ser remetidos ao juízo comum, que procederá à citação por edital.

Acerca de prisão, medidas cautelares e liberdade provisória, julgue os itens subsecutivos.

- 85 É vedada a concessão de liberdade provisória a autor de crime inafiançável.
- 86 A prisão em flagrante do autor de crime de ação penal pública condicionada à representação substitui a necessidade de manifestação do ofendido para instauração de inquérito policial.

Com relação a provas, julgue os próximos itens.

- 87 O depoimento de policial em juízo é dotado de fé pública, exceção de prova tarifada dentro do sistema adotado no processo penal brasileiro da persuasão racional do juiz.
- 88 Provas obtidas por meios ilícitos podem excepcionalmente ser admitidas se beneficiarem o réu.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

Julgue os itens a seguir, referentes a abordagens da administração e a aspectos das gestões pública e privada.

- 89 A burocratização é um fenômeno típico e exclusivo da administração pública.
- 90 Segundo a abordagem sistêmica da administração, as organizações funcionam de forma estanque e isolada.

Acerca de gestão de pessoas, julgue os itens seguintes.

- 91 A avaliação de desempenho, enquanto ferramenta de gestão de desempenho, é um processo destinado a estimar a relação de custo-benefício entre o salário do empregado e a quantidade de horas por ele trabalhadas no período de um mês.
- 92 No âmbito de uma organização, o processo de geração de valor a partir do capital intelectual e de ativos intelectuais é denominado gestão do conhecimento.
- 93 O clima organizacional, enquanto componente da cultura organizacional, está associado aos sentimentos das pessoas e à forma como elas se relacionam entre si, com clientes e com o público externo.
- 94 A satisfação no trabalho é fator determinante do sucesso organizacional.
- 95 A educação corporativa tem foco nos processos organizacionais, com vistas ao desenvolvimento de tarefas.
- 96 A qualidade de vida no trabalho é um conceito que envolve questões relacionadas tanto ao ambiente físico de trabalho quanto aos aspectos psicológicos do local de trabalho.
- 97 No âmbito da gestão de pessoas, os empregados das organizações são considerados recursos humanos objetificados como parte do patrimônio físico da organização.

A respeito de gestão organizacional, julgue os seguintes itens.

- 98 Eficiência corresponde ao atingimento dos resultados esperados.
- 99 O planejamento estratégico é um processo holístico, que envolve a organização como um todo.
- 100 A análise SWOT (*strengths, weakness, opportunities, threats*) possibilita a identificação de oportunidades e ameaças ambientais.

Espaço livre